

AOS CHEFES DE ESTADO E MINISTROS DOS 9 PAÍSES AMAZÔNICOS

Em preparação para a Cúpula Amazônica — **4ª Reunião dos Chefes de Estado das Partes do Tratado de Cooperação Amazônica**, quase 300 pessoas de mais de 100 organizações desenvolveram colaborativamente 31 propostas com o objetivo de fortalecer a bioeconomia amazônica, a preservação de suas florestas e rios,, respeitando os modos de vida dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, e melhorando a prosperidade socioeconômica das pessoas que vivem no bioma. Nosso objetivo é contribuir para seus esforços de conservação da Amazônia para seu povo e para o mundo,

com propostas concretas sobre como apoiar uma bioeconomia no centro de um novo modelo econômico para a região. Uma nova e mais forte economia para os países amazônicos é possível - uma que seja baseada em atividades econômicas compatíveis com a floresta, um robusto estado de direito e um diálogo franco e aberto com as várias partes interessadas comprometidas com a causa, especialmente os povos indígenas e comunidades Amazônicas. **Estamos prontos para desempenhar um papel consultivo à medida que vocês avançarem em seus esforços.**

CONVOCATÓRIA PARA AÇÃO: EM PROL DA BIOECONOMIA PANAMAZÔNICA

RECOMENDAÇÕES DA 1ª CONFERÊNCIA PANAMAZÔNICA PELA BIOECONOMIA

Realizada na cidade de Belém do Pará nos dias 21 e 22 de junho de 2023

A Amazônia está chegando a um ponto de não retorno devido ao desmatamento e degradação florestal e de seus ecossistemas. Isso seria devastador para a América do Sul e para o mundo.

Cientistas alertam que esse ponto de não retorno ocorre quando o desmatamento atinge de 20% a 25% da cobertura florestal total. É alarmante reconhecer que com as taxas atuais de desmatamento, 27% da Amazônia será desmatada até 2030. Alcançar esse ponto de não retorno resultaria em mudanças profundas na precipitação e na temperatura da região, o que prejudicaria

significativamente as economias dos países amazônicos, os meios de subsistência das pessoas e tornaria inalcançável a trajetória de 1,5°C do Acordo de Paris.

Agora temos a nossa última e melhor chance de mudar o rumo da degradação e manter nossas preciosas florestas em pé, garantindo o futuro da vida na Terra. A próxima década definirá se a Amazônia - lar de mais de 47 milhões de habitantes, a maioria dos quais indígenas, afrodescendentes ou comunidades tradicionais - poderá continuar com o mesmo perfil econômico ou se tornar o catalisador de

uma nova economia baseada em florestas e rios preservados para seu povo e para o mundo.

As evidências da viabilidade econômica desse modelo alternativo estão cada vez mais presentes. Pesquisas recentes indicam, por exemplo, que, para o Brasil, um novo paradigma econômico poderia aumentar o PIB anual da Amazônia brasileira em 40 bilhões de reais, criar 312.000 empregos adicionais até 2050 em comparação com o modelo atual e colocar o Brasil em uma trajetória de 1,5°C. Esse novo modelo econômico é relevante para todos os países amazônicos: cada país possui uma riqueza de produtos Amazônicos, mas coletivamente estão recebendo apenas 0,17% do valor total do potencial de mercado global. Com as políticas certas, isso pode mudar para criar empregos e renda para as pessoas em todos os países amazônicos, aumentar a produtividade da terra, reduzir o estresse hídrico e a perda de fertilidade do solo.

A bioeconomia pode ser o ponto central desse novo paradigma econômico emergente.

Uma bioeconomia definida localmente pode fornecer aos indígenas, comunidades tradicionais e iniciativas locais alinhadas os meios para continuar protegendo a floresta, ao mesmo tempo em que lhes oferece oportunidades para melhorar sua qualidade de vida. Esse novo paradigma pode conectá-los a ambições nacionais, aumento de financiamento e uma comunidade internacional pronta para apoiar esforços coesos na região. A bioeconomia também fornece serviços ecossistêmicos essenciais para outros setores, especialmente para a agricultura, como irrigação com água da chuva, regulação climática, polinizadores, proteção do solo e da água e sequestro de carbono.

Um novo esforço coletivo de diversas partes interessadas emergiu. A Conferência Pan-Amazônica pela Bioeconomia reuniu líderes e especialistas dos nove países amazônicos, abrangendo povos indígenas, academia, empresas, investidores, organizações internacionais, institutos de pesquisa, organizações locais, nacionais e regionais da sociedade civil e movimentos sociais dispostos a continuar trabalhando juntos para trocar conhecimentos, melhores práticas e atuar como conselheiros dos governos e instituições regionais.

Este coletivo de pessoas convida os líderes governamentais da Amazônia a reconhecer formalmente o potencial de economias baseadas na sociobiodiversidade e a estabelecer estratégias e políticas nacionais para apoiar e melhorar a transição para tais economias, afastando-se do antigo modelo destrutivo como uma prioridade nacional e subnacional. Isso inclui realizar as seguintes ações específicas e detalhadas a seguir:

- Colocar fim ao desmatamento ilegal, às economias ilícitas e à violência associada, e fazer cumprir o Estado de Direito devem ser a máxima prioridade do governo.
- Reconhecer que os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais também são responsáveis por proteger as maiores porções de floresta que fornecem serviços ecossistêmicos essenciais para outros setores econômicos, garantindo seus direitos territoriais e protegendo seus territórios contra atividades ilegais e ameaças externas.
- Realocar subsídios perversos e outros investimentos não sustentáveis promovendo incentivos economicamente e ambientalmente viáveis, além de mecanismos de financiamento híbridos. Esses mecanismos podem facilitar atividades e modelos de negócios

associados à bioeconomia, como títulos e empréstimos sustentáveis, trocas de dívida por conservação da natureza, mecanismos de aprimoramento de crédito, incluindo aqueles voltados para pequenos produtores, povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros.

- Promover a escalabilidade e harmonização na regulamentação de instrumentos de mercado, como créditos de carbono, água e biodiversidade, especialmente suas versões integradas, de forma a serem altamente abrangentes e benéficas para as populações locais.
- Fortalecer a governança da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), envolvendo ativamente a sociedade civil, os povos indígenas e os atores locais. Desenvolver um plano de trabalho conjunto para implementação em curto prazo sobre como evitar coletivamente o ponto de não retorno da Amazônia, incluindo metas comuns, métricas e um mecanismo de transparência e responsabilização.
- Fomentar o crescimento de empresas locais e cooperativas, evitando-se requisitos legais excessivos, e alinhando a legislação ambiental, sanitária e fiscal com as necessidades e realidades específicas locais. □ Exigir transparência e rastreabilidade em todas as cadeias de valor de commodities para que se tornem livres de desmatamento, de acordo com os melhores padrões internacionais.

- Co-criar uma plataforma pan-amazônica para o financiamento de uma bioeconomia que promova vida plena para os povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, e um fundo regional para apoiar a ciência, tecnologia e inovação ética na bioeconomia, a fim de aumentar a valorização de produtos e serviços da bioeconomia e desenvolver capacidades básicas e vocacionais. Incluir os investimentos necessários e/ou incentivos fiscais em apoio à ciência, tecnologia e inovação, bem como à pesquisa e capacidade associada.
- Transformar as cidades amazônicas em centros de bioeconomia por meio de um plano abrangente de infraestrutura sustentável focado em agregar valor aos produtos e serviços da bioeconomia, otimizar e ampliar o papel dos rios e do transporte aéreo para melhorar a conectividade, diversificar fontes de energia renovável e a provisão de necessidades e serviços básicos.

Nossas propostas específicas e completas estão incluídas abaixo, organizadas em torno dos nove temas objeto do encontro, bem como uma lista de todos os indivíduos que participaram das discussões. Convidamos os líderes governamentais da região amazônica, bem como os governos de outros países parceiros a tomarem medidas decisivas com base nessas recomendações. Não temos tempo a perder!

PROPOSTAS COMPLETAS

MESA REDONDA 1: ECONOMÍA INDÍGENA E TRADICIONAL

Proposta 1: Proteger os povos indígenas e tradicionais, seus modos de vida e conhecimentos. As terras dos povos indígenas na região amazônica devem ser protegidas contra as ameaças que enfrentam, a fim de garantir a proteção e conservação dos territórios e modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa proteção é uma condição fundamental para estabelecer outras políticas necessárias para a bioeconomia pan-amazônica.

Proposta 2: Garantir a proteção do patrimônio cultural dos povos indígenas e tradicionais em qualquer atividade econômica, por meio do estabelecimento de regras e incentivos

específicos, incluindo o acesso financeiro a diferentes fontes de financiamento. Os sistemas de conhecimento tradicionais indígenas são essenciais para a sustentabilidade da Amazônia. Esse conhecimento, assim como o patrimônio cultural dos povos indígenas e tradicionais, devem ser protegidos para o exercício de qualquer atividade econômica.

Proposta 3: Capacitação dos povos indígenas na bioeconomia. A produção de bens e prestação de serviços dos povos indígenas enfrenta desafios para entrar no mercado. É necessária capacitação para enfrentar esses desafios e desenvolver as devidas habilidades.

MESA REDONDA 2: INVESTIMENTO DE IMPACTO

Proposta 1: Revisar os marcos regulatórios relacionados ao desenvolvimento das cadeias socioambientais com a participação de comunidades locais. Aos povos indígenas e as comunidades locais são impostos requisitos legais excessivos que dificultam o desenvolvimento de negócios socioambientais dentro da bioeconomia. Para enfrentar esses desafios, os governos precisam alinhar as regulamentações ambientais, sanitárias e fiscais com as realidades dos povos tradicionais, estabelecer governança local para agilizar os processos e facilitar o desenvolvimento e os esforços dos negócios de biodiversidade.

Proposta 2: Criar um programa de incentivos/ subsídios para a bioeconomia com o objetivo de fortalecer as populações tradicionais. Devemos implementar programas governamentais abrangentes, contando com os incentivos e subsídios adequados, incluindo doações, bolsas e linhas de crédito, melhorando o acesso ao crédito para iniciativas comunitárias socioambientais, estabelecendo isenção de impostos e preços mínimos para produtos socioambientais, desenvolvendo/ aperfeiçoando políticas de pagamento por serviços ambientais, promovendo programas de compras públicas, entre outros.

Proposta 3: Fortalecer o território com foco no desenvolvimento de capacidades locais. Negócios e organizações comunitárias fortes requerem treinamento e assistência técnica para acessar mercados públicos e privados, bem como energia renovável e infraestrutura

para conectividade. Para atender tais necessidades, devem ser estabelecidas redes de cooperação público-privadas, câmaras de diálogo público-privadas e fortalecidas instituições públicas que promovam a assistência técnica rural.

MESA REDONDA 3: ALINHANDO E ESCALANDO O FINANCIAMENTO MISTO

Proposta 1: Co-criar uma plataforma

Pan-Amazônica para o financiamento da bioeconomia para povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais. Existe a necessidade de uma forte rede de financiamento (setor privado, filantropias, financiadores) para povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais para apoiar a bioeconomia. É fundamental que se estabeleçam plataformas para gerenciar projetos e planos de financiamento para a economia dos povos indígenas em cadeias sustentáveis e o financiamento para a proteção e salvaguarda dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais.

Proposta 2: Consolidar esforços para eliminar o financiamento a mercados ilegais.

Os produtos da bioeconomia não conseguem competir com o mercado de US\$ 1,5 trilhão de produtos ilegais. Para combater o crescimento da economia ilegal, os governos devem estabelecer e fortalecer o sistema de alavancas e incentivos para direcionar o capital para longe das atividades ilegais e investi-los na bioeconomia, criando economias alternativas. Isso permitirá maior produtividade, bem-estar comunitário e conservação da floresta amazônica.

Proposta 3: Promover mecanismos de

financiamento híbridos para a bioeconomia amazônica, incluindo o apoio à ampliação e à regulamentação harmonizada dos créditos de alta integridade de água, carbono e biodiversidade. A bioeconomia requer uma variedade de fontes de financiamento. Para atender tal necessidade, podemos estabelecer um conjunto de mecanismos e políticas públicas que possam receber diferentes tipos de recursos (subsídios, concessões). Um elemento importante deve ser a ampliação e a harmonização da regulamentação dos mecanismos de mercado, como créditos para serviços de água, carbono e biodiversidade, especialmente em suas versões combinadas para otimizar as funções ecológicas. Os participantes das iniciativas de bioeconomia também precisam de maior acesso a recursos e maior equidade na distribuição de valor da cadeia de suprimentos. Isso pode ser alcançado estabelecendo mecanismos financeiros inovadores, como empréstimos e títulos sustentáveis, financiamento misto, mecanismos de aprimoramento de crédito e trocas de dívida por natureza, as quais irão facilitar as atividades e modelos de negócios associados à bioeconomia.

MESA REDONDA 4: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proposta 1: Desenvolver estratégias

nacionais e pan-amazônicas para ciência, tecnologia e inovação a serviço do povo da Amazônia. Ciência, tecnologia e inovação (CT&I). são necessárias para promover uma bioeconomia de floresta em pé e rios fluídos que beneficie as comunidades locais, as populações amazônicas e os ecossistemas da região. Isso pode ser feito por meio da criação de estratégias nacionais e pan-amazônicas com metas claras, atividades, prazos, orçamento e responsabilidades para mobilizar iniciativas abrangentes e participativas que canalizem ciência, tecnologia e inovação interculturais para atender às necessidades do povo da região. Essas estratégias devem ser apoiadas por financiamento adequado, que pode vir da remoção de distorções fiscais e tributárias para incentivar o setor produtivo sustentável, alinhando-se a compromissos internacionais dos países (como as das Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (EPANB) e a criação de fundos nacionais e/ou um grande fundo internacional para CT&I da socio-biodiversidade, bem como a adoção de novos instrumentos que atraiam recursos adicionais, como a taxa verde.

Proposta 2: Aumentar os investimentos

em educação básica e profissional na região amazônica até 2030, priorizando a educação inclusiva, acessível e regionalizada. Atualmente, há investimentos insuficientes e falta de garantia de inclusão, acessibilidade e priorização do conhecimento e dos territórios da população local dentro do sistema educacional da região amazônica. Para combater isso, devemos aumentar os investimentos em educação básica e profissional na região,

com foco em garantir uma educação de qualidade para todos os segmentos da população amazônica. Para capacitar melhor a população amazônica a atuar na bioeconomia de floresta em pé e rios fluídos, também podemos fortalecer a educação territorializada, valorizando o conhecimento local e promovendo a sustentabilidade ambiental e social com abordagens educacionais personalizadas que respeitem a diversidade cultural e as necessidades específicas das diferentes comunidades.

Proposta 3: Estimular o trabalho de uma rede de institutos de pesquisa pan-amazônicos para a bioeconomia.

Precisamos fortalecer a capacidade científica, técnica e a infraestrutura para compartilhar informações e promover a interconexão entre os institutos de pesquisa dos países amazônicos. Isso pode ser alcançado por meio do desenvolvimento de pólos de ciência, tecnologia e inovação - uma rede integrada de institutos de pesquisa com financiamento adequado - com garantia de uma governança plural. Esses polos ampliarão a mobilidade dos pesquisadores em toda a região e forneceriam treinamento para profissionais locais, com centros de pesquisa estabelecidos tanto em áreas de produção local quanto em centros urbanos, bem como novos centros de pesquisa e parques tecnológicos que possibilitam o compartilhamento de conhecimento e infraestrutura por parte de startups, pequenas e médias empresas.

Proposta 4: Quantificar as funções ecossistêmicas importantes para a sustentabilidade regional, nacional e global. Para concretizar a bioeconomia na Amazônia, o valor das funções e serviços

ecossistêmicos precisa ser quantificado e incorporado às políticas nacionais e transnacionais. Essa base científica esclarece as dimensões do valor das florestas e da biodiversidade necessários para programas de pagamento por serviços ecossistêmicos

e a validação de mercado. Isso pode ser feito por meio de investimentos em pesquisas colaborativas e monitoramento em nível regional para quantificar os serviços ecossistêmicos prestados em níveis regional, pan-amazônico e global.

MESA REDONDA 5: COMMODITIES LIVRES DE DESMATAMENTO

Proposta 1: Aumentar a transparência e rastreabilidade. A ampliação de commodities livres de desmatamento requer maior transparência e rastreabilidade ao longo das cadeias das commodities, incluindo informações sobre posse da terra, produção e direitos humanos/condições de trabalho. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de legislação nacional e governança que garanta o cumprimento de acordos comerciais e a implementação no nível comunitário. Isso resultará em maior valor e melhores condições para os produtores, com melhor informação e precificação para os consumidores, ao mesmo tempo em que permite aos governos atingir seus objetivos de conservação e melhorar a percepção pública sobre desmatamento e conversão.

Proposta 2: Duplicar os incentivos para conservação florestal, uso sustentável dos recursos naturais, restauração e produção sustentável. O desequilíbrio atual entre incentivos negativos e positivos favorece a produção insustentável. Para enfrentar esse desequilíbrio, podemos estabelecer frameworks regulatórios (como

planos nacionais, legislação, políticas) que promovam a conservação florestal, o uso sustentável, a restauração de áreas degradadas e a produção sustentável, desencorajando incentivos perversos. Aumentar o acesso a incentivos para pequenos produtores nos permite mobilizar recursos por meio de compromissos do setor privado, mecanismos de incentivo, capacitação, assistência técnica e serviços de extensão para produção sustentável.

Proposta 3: Desenvolver instrumentos financeiros verdes baseados em princípios de bioeconomia para commodities. É necessário financiamento público e privado com forte transparência para apoiar a bioeconomia. Essa necessidade pode ser atendida por meio do design de novos instrumentos financeiros com a participação das comunidades na Amazônia, voltados para a diversidade de atores e modelos em pequena escala. Isso pode incluir esquemas promocionais e blended finance, além de fornecer assistência técnica e monitoramento de entidades financeiras e comunidades durante a implementação para construir capacidade e governança.

MESA REDONDA 6: O PAPEL DAS CIDADES NA BIOECONOMIA

Proposta 1A: Transformar cidades em centros de bioeconomia - Planejamento urbano regional para a bioeconomia. Uma estratégia coerente de implementação regional é necessária para compreender e aplicar o papel das cidades na bioeconomia. Isso pode ser alcançado por meio do planejamento territorial que estimula a descentralização das estruturas produtivas, articuladas com planos de urbanização que se ajustem às especificidades de cada território.

Proposta 1B: Transformar cidades em centros de bioeconomia - Ecossistema de negócios. Para melhorar a densificação tecnológica dos agentes da economia urbana e fortalecer a integração e diversificação regional de produtos da bioeconomia, podemos criar parques de bioeconomia. Esses parques seriam destinados a fortalecer a coerência regional e o alinhamento entre partes como setor público, setor privado, investidores, povos indígenas e comunidades locais, entre outros em diferentes níveis. Esses parques poderiam ser apoiados por universidades e institutos de pesquisa baseados no território, os quais podem conduzir pesquisas para identificar demandas relevantes em escala local, mapear tecnologias tradicionais e colaborar com autoridades e municípios locais.

Proposta 2: Criar novos modelos de urbanização para a bioeconomia. Para fazer a transição de um modelo insustentável de urbanização extrativista para um modelo que respeite o meio ambiente natural, precisamos desenvolver novos modelos de urbanização para dinamizar mercados associados a produtos florestais e serviços

financeiros urbanos. Esses novos modelos devem considerar a diversidade territorial e cultural da região amazônica, incluindo os marcos normativos e institucionais de cada município e no âmbito das políticas nacionais e globais.

Proposta 3: Construir redes colaborativas.

Promover a coerência regional e desenvolver novos modelos de urbanização baseados na bioeconomia requer mecanismos dedicados para melhorar a colaboração, co-criação e troca de experiências sobre questões comuns relacionadas a desafios e oportunidades nas cidades. Para atender a essa necessidade, podemos criar espaços para promover a troca de experiências e comunidades de prática e avançar no desenho e implementação de soluções.

Proposta 4: Desenvolver infraestrutura

para que as cidades se tornem centros de dinamismo econômico. Para melhorar a competitividade dos negócios da bioeconomia, atrair a atenção de investidores e promover a diversificação econômica, é necessário que as cidades se tornem centros de dinamismo econômico. Isso pode ser feito através do desenvolvimento de um plano abrangente de desenvolvimento de infraestrutura para impulsionar a bioeconomia na Amazônia, incluindo transporte fluvial e aéreo para melhorar a conectividade, diversificação de fontes de energia renovável e infraestrutura urbana, entre outras necessidades e serviços básicos.

Proposta 5: Estabelecer um mecanismo

financeiro para apoiar a bioeconomia nas cidades amazônicas. É necessário aumentar os fluxos financeiros com retornos

financeiros adequados para os investidores, a fim de apoiar a bioeconomia. Essa necessidade pode ser atendida através do estabelecimento de um mecanismo financeiro especificamente projetado para apoiar projetos de bioeconomia na Amazônia. Sob esse mecanismo, todos os projetos e financiamentos devem atender aos princípios orientadores da bioeconomia e serem acompanhados de sensibilização e envolvimento das comunidades, investidores

e doadores sobre a bioeconomia e a missão da instituição. A implementação seria em três etapas: (1) identificação e preparação de projetos (capacitação e apoio); (2) financiamento inicial para um subconjunto de projetos promissores; e (3) ampliar a escala por meio da conexão com outros investidores. As cidades servirão como locais de inovação e centros de aprendizado, onde ocorrerão treinamentos.

MESA REDONDA 7: POLÍTICA E GOVERNANÇA

Proposta 1: Fortalecer a Governança da OTCA A Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica (OTCA) é o principal mecanismo de governança colaborativa entre os países amazônicos, destinado a promover ações conjuntas, equitativas e mutuamente benéficas nos países amazônicos para alcançar o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica. O alinhamento político e de políticas públicas, bem como a transparência dessa entidade, podem ser fortalecidos por meio do aumento da participação da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades locais, e de outros atores locais amazônicos nos processos decisórios da OTCA. Isso poderia começar com uma atualização do plano estratégico da OTCA para incorporar a bioeconomia como uma área de atuação. Especificamente, isso pode ser feito por meio do estabelecimento de um Comitê Técnico Regional Conjunto para definir prioridades de políticas governamentais multilaterais e uma agenda ambiental programática comum, com representação dos Ministérios do Meio Ambiente, da sociedade civil e das comunidades indígenas e locais. Além disso, as Comissões Nacionais Permanentes da OTCA devem ser

fortalecidas pela participação ativa de atores locais amazônicos.

Proposta 2: Desenvolver metas comuns para os países amazônicos. Metas compartilhadas entre os países amazônicos são necessárias para garantir que a região avance de forma coesa no desenvolvimento sustentável e da bioeconomia pan-amazônica. A OTCA pode promover a colaboração entre os países amazônicos e metas compartilhadas para a região. Isso pode ser feito fortalecendo a capacidade de consulta da OTCA e seu poder de adotar políticas, criando redes para fortalecer a colaboração, melhorando os mecanismos financeiros e definindo padrões de bioeconomia.

Proposta 3: Combater a ilegalidade. A atual falta de planos de gestão integrada na região amazônica resultou em insegurança nas fronteiras e atividades ilegais transfronteiriças. O lucro proveniente de atividades ilegais concorre com produtos e empreendimentos sustentáveis na região. Criar um plano de ação contra a ilegalidade, com um conjunto de medidas de combate ao crime, é urgente para enfrentar esses desafios. Um plano de ação conjunto

exigiria um sistema integrado estruturado de controle de fronteiras, polícia e tribunais, incluindo recursos humanos, capacidades técnicas e equipamentos (possivelmente por meio do estabelecimento de uma Polícia Internacional para Crimes Ambientais). Também exigiria mecanismos de monitoramento compartilhados e um sistema de alerta integrado, cadeias de produção rastreáveis e a identificação de fatores associados a infrações/crimes que se correlacionam com os crimes ambientais existentes. Em termos de governança conjunta, o compartilhamento do gerenciamento de ações de comando e controle e a harmonização das leis contra a ilegalidade podem ser promovidos por meio de troca de experiências entre órgãos locais, estaduais e federais.

Proposta 4: Garantir acesso a serviços básicos e direitos. Desenvolver uma bioeconomia pan-amazônica só pode ser alcançado em paralelo com o fortalecimento dos direitos e serviços básicos dos habitantes da Amazônia. Serviços adequados e qualidade de vida fornecem as condições e flexibilidade para pensar e desenvolver empreendimentos sustentáveis. Portanto, é necessário atender aos direitos básicos em termos de saúde, educação, água e saneamento, conectividade, infraestrutura e comunicação, energia limpa e outros que levem ao bem-estar humano. Isso pode ser feito alocando recursos especificamente para o acesso a serviços básicos, criando incentivos fiscais para empreendimentos de bioeconomia na Amazônia e estabelecendo reuniões periódicas de grupos focais envolvendo as comunidades para garantir que as necessidades estejam sendo atendidas.

MESA REDONDA 8: LEGALIDADE E CADEIAS DE FORNECIMENTO

Tendo em conta a falta de integração entre estratégias, políticas públicas e planos entre os países da região amazônica, e reconhecendo que a criminalidade e a violência desencorajam o investimento, minam o Estado de Direito e beneficiam a concorrência desleal, recomendamos:

Proposta 1: Melhorar a cooperação transfronteiriça para a aplicação da lei. A criminalidade, a violência, a falta de conformidade e a insegurança são todos obstáculos para o florescimento da bioeconomia. Para enfrentar esses obstáculos, podemos estabelecer acordos regionais para fortalecer as capacidades técnicas das agências e instituições, garantir pessoal de fronteira treinado e

fornecer os fundos necessários. Com essa disposição entre os países amazônicos para compartilhar estratégias de inteligência e operações nas fronteiras, podemos aumentar a cooperação entre governos e agências de aplicação da lei nos países amazônicos para reduzir as atividades ilegais e os crimes ambientais.

Proposta 2: Criar um quadro legal para a bioeconomia amazônica que permita que Povos Indígenas, Comunidades Locais e pequenos agricultores implementem atividades de bioeconomia. As atividades de bioeconomia precisam ser atrativas e viáveis o suficiente para competir com as atividades ilegais. Isso pode ser feito adotando um quadro legal para a bioeconomia amazônica

de políticas que simplifiquem as regras e o enquadramento legal e regulatório para pequenos produtores/iniciativas, com flexibilidade para personalizar as regras de acordo com o tamanho do negócio, considerando a complexidade dos negócios sustentáveis, a realidade dos povos indígenas e tradicionais e a posse da terra.

Proposta 3: Fornecer incentivos financeiros, políticos e sociais, bem como fortalecer as capacidades das partes interessadas para transformar atividades ilegais e irregulares

em legais. As cadeias de suprimentos legais devem apresentar benefícios claros para as pessoas e devem ser acompanhadas de recursos econômicos, financeiros, sociais e políticos para implementar incentivos para os negócios de bioeconomia. Isso pode ser alcançado desenvolvendo um conjunto claro de regras que incentivem indivíduos e iniciativas de bioeconomia a se afastarem da ilegalidade, apoiado por pesquisas sobre os benefícios gerados pela transição da área cinzenta para a legalidade nos negócios de bioeconomia.

MESA REDONDA 9: CONSTRUINDO UMA REDE PAN-AMAZÔNICA PARA A BIOECONOMIA

Proposta 1: Influenciar as condições habilitantes para políticas regionais, nacionais e locais. A região amazônica está enfrentando pontos de inflexão políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. As condições habilitadoras que precisam ser atendidas para aumentar a conscientização e implementar políticas de bioeconomia incluem coordenação e conexão entre setores, escalabilidade, sustentabilidade de longo prazo, investimentos de impacto, gerenciamento de dados, conhecimento e capacitação. Esse ambiente político pode ser influenciado ao focar em momentos-chave de coordenação (como a reunião de chefes de Estado nas COPs da UNFCCC/CBD e no G20), coordenando-se com a OTCA e o Grupo de Trabalho do GCF e fortalecendo coalizões nacionais existentes. A convergência regional pode ser encontrada identificando representantes temáticos para apresentar narrativas baseadas em dados científicos e apoiadas por planos de comunicação.

Proposta 2: Encontrar soluções tangíveis, focando no que nos une e aprendendo com as diferenças. Encontrar soluções que atendam às necessidades de todos na região amazônica requer encontrar sinergias e pontos de convergência entre uma agenda coletiva e uma agenda local. Isso pode ser feito por meio da ampla partilha de conhecimentos e capacitação.

Proposta 3: Estabelecer uma rede multidisciplinar e regional para apoiar um ambiente propício à bioeconomia. Temos uma oportunidade excepcional para que os países colaborem em políticas interconectadas que apoiem a conservação florestal, redução da pobreza, combate à criminalidade e melhoria dos meios de subsistência das pessoas. Além disso, é necessário fortalecer a participação, equidade e inclusão de povos indígenas e comunidades locais na agenda da bioeconomia. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de uma rede regional multidisciplinar e multissetorial para defender um novo ambiente de bioeconomia, apoiando a conservação e

restauração da Amazônia e beneficiando povos indígenas e comunidades locais. Essa rede poderia transmitir uma mensagem apolítica e unificada através das fronteiras dos países em prol de um interesse comum, forte o suficiente para resistir a mudanças políticas e resultar em mais pessoas conhecendo e se comprometendo a proteger a Floresta Amazônica. A rede poderia proporcionar oportunidades para facilitar a convergência (não necessariamente consenso), estabelecer sinergias e identificar oportunidades com setores público e privado, ONGs, IPLCs e outros, melhorar as cadeias de

valor e facilitar o acesso a mercados e financiamentos, criando espaços coletivos para o desenvolvimento de propostas e fornecendo apoio para organizações de base. A rede poderia ser liderada por uma secretaria técnica que facilitaria intercâmbios, workshops e reuniões anuais para promover a aprendizagem das melhores práticas e lições aprendidas, além de incentivar a formação de redes locais como parte da rede regional.

Esta rede será estabelecida em consonância com organismos e esforços existentes, de forma a apoiar outras redes já existentes.

ORGANIZADORES E LÍDERES DAS MESAS REDONDAS

Mesa redonda 1: Economia Indígena e Tradicional
Fany Kuro - COICA
Marbe Luz Becerra - COICA
Cándido Pastor - CI

Mesa redonda 2: Investimento de impacto
Renata Truzzi - NESST
Cairo Milhomem Bastos - NESST
Mauricio Verkooijen - NESST
Sabrina Ni - NESST

Mesa redonda 3: Alinhando e escalando o financiamento misto
Ana María González - World Bank
Svetlana V. Klimenko - World Bank
Tanya Lisa Yudelman - World Bank

Mesa redonda 4: Ciência, tecnologia e inovação
Carlos A. Nobre - SPA
Luciana Villa Nova - SPA

Mesa redonda 5: Commodities livres desmatamento
Kurt Holle - WWF Perú
Melissa Arias - WWF Brasil

Mesa redonda 6: O papel das cidades na bioeconomia
Tatiana Schor - IADB
Toni Lindau - WRI Brasil

Mesa redonda 7: Política internacional e governança
Gustavo Souza - CI

Mesa redonda 8: Legalidades e cadeiras de fornecimento
Ruth Noguerón - WRI
Luiza Montoya Raniero - Instituto Igarapé

Mesa redonda 9: Construindo uma rede Pan-amazônica para a bioeconomia
Adriana Lobo - WRI
Juan David Ferreira - Latimpacto
Rachel Biderman - CI
Vanessa Pérez-Cirera - WRI

PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA

Adriana Ramos
Instituto Socioambiental,
Mesa redonda 1

Albina Ruiz Ríos de Sepúlveda
Ministerio Ambiente Perú,
Mesa redonda 7

Aline Christoffoli
Instituto Alerta Para,
Mesa redonda 9

Ana Lucía Reis Melena
Alcadesa Cobija, Bolívia,
Mesa redonda 6

Ana Paula Santos - Amazonia
Vox, Mesa redonda 4

Ana Valéria Araújo
Fundo Brasil de Direitos
Humanos, Mesa redonda 1

André Baniwa
FOIRN, Mesa redonda 4

André Lammerding Berdau
GIZ, Mesa redonda 5

André Maciel Gabiru
Ecosynergy, Mesa
redonda 4, Facilitador

André Schatz
SEMAPI Brasil, Mesa redonda 2

André Menezes Vianna
Idesam, Mesa redonda 6

Andre Wongtschowski
WTT, Mesa redonda 4

Andrea Aguiar Azevedo
Fondo JBS por la Amazonia
, Mesa redonda 1, 2

Andrés Ramírez
Conservation International

Angelique Deborah Helouise Palmtak
VIDS, Mesa redonda 1

Ani Dasgupta
WRI, Mesa redonda 3

Anoshka Violeta Irey Cameno
COICA, Mesa redonda 9

Antoine Metten
AFD, Mesa redonda 1

Antônia Suzy Barros de Lima
ASPROC, Mesa redonda 2

Antonio Leonidas Pulgar Lucas
Mesa redonda 7

Artist Sharmaine
COICA, Mesa redonda 4

Augusto Corrêa
PPA, Mesa redonda 2

Benno Pokorny
GIZ Brazil, Mesa redonda 7

Braulina Aurora Baniwa
ANMIGA, indigenous
anthropologist, Mesa redonda 1

Bruna Freitas
Mesa redonda 7

Bruna Pratesi
Conservation International,
Mesa redonda 5

Bruna Viana
Ecosynergy, Mesa
redonda 7, Facilitador

Bruno Felin
WRI Brasil

Cairo Milhomem Bastos
NESST, Mesa redonda 2

Camila Cammaert
WWF, Mesa redonda 5

Camila Maia
Fundo Vale, Mesa redonda 9

Cândido Pastor
Conservation International,
Mesa redonda 1

Carlos Afonso Nobre
Science Panel for the Amazon
- SPA, Mesa redonda 4

Carlos Demeterco
GIZ Brasil, Mesa redonda 7

Carlos Lozano
FEPIKECHA, Mesa redonda 6

Carly Siege
Conservation International,
Mesa redonda 7

Carmen García
Instituto de Investigación de la
Amazonia (MINAM - PERÚ),
Mesa redonda 4

Carolina Rosero
Conservation International,
Mesa redonda 9

Carolina Useche
WRI Colombia, Mesa redonda 7

Caroline Rocha
WRI Brasil, Mesa redonda 7

Cassie Hoffman
Conservation X Labs,
Mesa redonda 4

César Matsumoto
Ecosynergy, Mesa redonda
9, Facilitador

Christina Edwards
Rupununi Livestock Producers
Association (RLPA), Mesa redonda 8

Clarissa Vargas
Embaixada da Noruega,
Mesa redonda 7

Claudette Labonte
Organisation des peuples
autochtones de Guyane,
Mesa redonda 1

Cláudio Puty
Prefeitura de Belém,
Mesa redonda 6

Cristiane Fontes
Global Canopy, Mesa redonda 1

Cristina Bodas
WRI Brasil

Daniel Hincapié
IADB, Mesa redonda 3

Daniel Miranda
Frente Nacional de Prefeitos,
Mesa redonda 6

Daniel Wallmann
GIZ - Cooperação Alemã,
Mesa redonda 7

Daniela Gomes Pinto
Mott Foundation, Mesa redonda 4

Dario Fajardo
Vicemin. de Desarrollo Rural,
Ministerio de Agricultura,
Colombia, Mesa redonda 9

David Cabral
Palmazonia, Mesa redonda 5

David Cotacachi
IADB, Mesa redonda 1

David Tankamash
FISCH, Mesa redonda 1

Delvia Kantorski
Ecosynergy, Mesa
redonda 1, Facilitador

Diogo Ladvoat
Aither Group, Mesa redonda 2

Dora Piyáko
APIWTXA, Mesa redonda 1

Doralbis Lara
Ambiental, Mesa redonda 1

Edgar Emilio Rodriguez Bastidas
Fundación Conservación
y Desarrollo Sostenible,
Mesa redonda 1

Edivan Carvalho
IPAM, Mesa redonda 7

Eduardo Darvin Ramos da Silva
Instituto Centro de Vida,
Mesa redonda 2

Eduardo Nungkuag Cabrera
AIDSEP, Mesa redonda 1

Eligio DaCosta
ORPIA, Mesa redonda 8

Elisa Barequi Tapeosi
COICA, Mesa redonda 7

Ellen Acioli
AVINA, Mesa redonda 1

Elly Marcelo
Assessor del Vicealcalde de
Belém, Mesa redonda 2

Elvis Stevens Garcia Torreblanca
MINAM, Mesa redonda 5

Enrico Rocha
Ecosynergy, Mesa redonda
8, Facilitador

Erika Benitez
FCDS Colombia, Mesa redonda 5

Erin Gray
WRI, Mesa redonda 4

Erwin Alexander Caicedo Uni
Gobernación del Caquetá,
Mesa redonda 6

Eugênio Pantoja
IPAM, Mesa redonda 6

Fabio Scarano
Instituto de Desenvolvimento
e Gestão, Mesa redonda 5

Fany Kairo Castro
COICA, Mesa redonda 1

Felipe Faria
Systemiq / P4F, Mesa redonda 2

Felix Joanny Rivas Castellanos
Tierra Mágica, Mesa redonda 3

Fernanda Boscaini
WRI Brasil

Fernanda Lisboa
AYA Initiative/agni, Mesa redonda 9

Fernanda Sanchez
GIZ Ecuador, Mesa redonda 7

Fernando Li
Visit Rupunini, Mesa redonda 1

Fernando Páez
WRI Colombia, Mesa redonda 6

Florentine Versteeg
Ecosynergy, Mesa redonda
6, Facilitador

Frances Seymour
WRI, Mesa redonda 4

Francisco Apurinã
Instituto Pupykary and University
of Helsinki, Mesa redonda 6

Francisco Costa
UFPA, Mesa redonda 4

Francisco Malheiros
ATAIC (parceiro NESST),
Mesa redonda 2

Francisco Oliveira
Gordon and Betty Moore
Foundation, Mesa redonda 3

Francisco Ashaninka Piyáko Ashaninka
- Apiwtxa, Mesa redonda 1

Franziska Troger
Embaixada Alemanha,
Mesa redonda 9

Frederico Brandão
Conexus, Mesa redonda 4

Frineia Rezende
TNC Brasil, Mesa redonda 7

George Jem Awankaroe
VIDS, Mesa redonda 6

Georgia Marmonti
Mesa redonda 2

Graciela Froelich
IPAM, Mesa redonda 7

Greta Salvi
Latimpecto, Mesa redonda 3

Guilherme Nunes de Andrade
Ecosynergy, Mesa redonda 3, Facilitador

Gustavo Durán
FLACSO, Mesa redonda 6

Gustavo Pinheiro
Instituto Clima e Sociedade, Mesa redonda 9

Gustavo Rodrigues de Souza
Conservation International, Mesa redonda 7

Haileselassie Medhi
WRI Africa, Mesa redonda 4

Hans Christian Schmidt
KfW, Mesa redonda 3

Héctor Mondragón
Mesa redonda 1

Henrique dos Santos Pereira
Federal University of Amazonas, Mesa redonda 4

Henrique Evers
WRI Brasil, Mesa redonda 6

Hueiya Alicia Cahuiya Iteca
Comunidad Indígena Noneno, Mesa redonda 1

Iara Souza Vicente
Nossa Terra Firme, Mesa redonda 1

Igor Botelho Bernardes
Ferttil Ecosystem, Mesa redonda 3, Facilitador

Inaiê Takae Santos
IADB, Mesa redonda 6

Irina Cabrerizo Suaznabar
Piensa Verde, Mesa redonda 3

Ismael Nobre
Instituto Amazônia 4.0, Mesa redonda 9

Izamar Valarezo
Corporación Chakra, Mesa redonda 3

Jaime Rivera
Conservation International, Mesa redonda 8

James Anderson
WRI, Mesa redonda 6

Jamner Mnihuari Curitiba
COICA, Mesa redonda 1

Javier Félix
Fundación Pachamama, Mesa redonda 3

Javier Ortiz Bahamón
Tropical Forest Alliance, Mesa redonda 5

Jean Timmers
WWF Brasil, Mesa redonda 5

Jessika Garcia
FILAC, Mesa redonda 1

Joao Minuzzo
Povo Ashaninka, Apiwtxa, Mesa redonda 2

Joana Oliveira de Oliveira
WRI Brasil

Joice Nunes Ferreira
Embrapa, Mesa redonda 4

Jon Paul Rodriguez
Provita, Mesa redonda 4

Joraisa Pokie
Directory Regional Development – afro economic affairs, Mesa redonda 9

Jorge Silva Herreros
IADB, Mesa redonda 6

Jose Alvarez Alonso
Asociación Amanatari, Mesa redonda 2, 5

José Carlos Guerreiro Galiza
Mesa redonda 4

José Gregorio Diaz Mirabal
COICA, Mesa redonda 7

Jose Marcos B. Pereira
Meridian International, Mesa redonda 4

Juan Alberto Bay Guiyacamo
Nacionalidad Waorani, Mesa redonda 1

Juan David Ferreira
Latimpecto, Mesa redonda 9

Juan Pablo Giraldo
Leap Mindset, Mesa redonda 9

Jubitana Loreen
Ministerio de Desarrollo Regional y Deportes, Suriname, Mesa redonda 7,4

Julia Arieira
UNSDSN, Mesa redonda 4

Julia Mello de Queiroz
CSF, Mesa redonda 3

Julián López
Mesa redonda 1

Juliana Ewert
Conservation International, Mesa redonda 8

Juliana Tinoco
Palladium/P4F, Mesa redonda 9

Juliane Mendes Lemos Blainski
ManejeBem, Mesa redonda 4

Julie Messias
Presidente do Fórum de Secretários do Meio Ambiente, Mesa redonda 7

Karin Metell Cueva
Embajada Suecia, Mesa redonda 3

Karoline Barros
WRI Brasil

Kátia Q. Fenyves
IADB, Mesa redonda 3

Keith Alger
CAUCUS Brasil, Mesa redonda 9

Keivan Hamoud Neves
ASSOAB, Mesa redonda 2

Keyvan Sayar
French Embassy, Mesa redonda 9

Kurt Holle
WWF Perú, Mesa redonda 4, 5

Lais Victoria Ferreira de Sousa
IPAM, Mesa redonda 5

Laura Lamonica
Coalizão Brasil, Mesa redonda 4

Leon Clarke
Bezos Earth Fund (BEF), Mesa redonda 9

Leonardo Pamplona
BNDES, Mesa redonda 3

Leticia Paula de Melo
COOAPRIME, Mesa redonda 4

Lilia Marina Assunção
NESST, Mesa redonda 9

Lilian Vendrametto
Conservation International, Mesa redonda 5

Lineth Calapucha Cerda
Gad Provincial Pastaza, Mesa redonda 7

Lisa Famolare
Conservation International, Mesa redonda 7

Liz Richter Alencar
Mesa redonda 7

Luana Maia
Nature Finance, Mesa redonda 3

Luciana Vanni Gatti
INPE, Mesa redonda 9

Luciana Villa Nova
Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, Mesa redonda 3

Luciane Rodrigues
Consortia Amazonia Legal, Mesa redonda 3

Ludwig Bryan Mendelzon
District Commissariaat Brokopondo, Mesa redonda 2

Luis Augusto Briceño Jara
Mancomunidad Regional Amazônica, Mesa redonda 7

Luis Espinel
Conservation International, Mesa redonda 2

Luis Jiménez
Phynatura, Mesa redonda 2

Luiz Carlos Beduschi
FAO/ONU, Mesa redonda 3

Luiza Montoya Raniero
Instituto Igarapé, Mesa redonda 8

Luz Marina Mantilla
Instituto Sinchi, Mesa redonda 4

Marbe Luz Becerra
COICA, Mesa redonda 1

Marcelle Chan-A-Sue
Conservation International - Guyana, Mesa redonda 5

Marcelo Furtado
Nature Finance, Mesa redonda 3

Márcia Soares
Vale, Mesa redonda 3

Marco Martínez

COICA, Mesa redonda 9

Marco van der

Ree Conexsus, Mesa redonda 4

Marcos Fernando Terán Valenzuela

ACEAA, Mesa redonda 4

Marcos Pereira

Meridian international,
Mesa redonda 4

Maria Camila Uribe

IADB, Mesa redonda 6

Maria Daiana

COOPAFLORA, Mesa redonda 7

Maria Soledad Hernández

SINCHI, Mesa redonda 4

Mariana Gracioso Barbosa

Re.green, Mesa redonda 2

Mariana Oliveira

WRI Brasil, Mesa redonda 5

Mariana Sena

Amazon Investors Coalition,
Mesa redonda 2

Marina Bragante

AYA Earth Partners, Mesa redonda 2

Marion Adeney

Conservation X Labs,
Mesa redonda 4

Marisol Argueta

WEF, Mesa redonda 4

Martin Hipolito Huaypuna Flores

AFIMAD, Mesa redonda 9

Mateo Adarve Zuluaga

Embajada de Suecia Asdi,
Mesa redonda 7

Mauricio Mireles

FAO, Mesa redonda 1

Mauricio Verkooijen

NESSt, Mesa redonda 2

Melina Risso

Instituto Igarapé, Mesa redonda 8

Melissa Arias

WWF, Mesa redonda 5

Melissa Sendic

CLUA, Mesa redonda 2

Merilu Sapa

Districts Commissioner – Indigenous
community, Mesa redonda 9

Michael Patterson

Visit Rupunini, Mesa redonda 5

Michelle Lisa Kenyon

Rupununi Livestock Producers
Association (RLPA), Mesa redonda 1

Miguel Calmon

Conservation International,
Mesa redonda 3

Miguel Hardy Guimaraes Vasquez

AIDSESP, Mesa redonda 4

Monika Roper

Conexsus, Mesa redonda 3

Nayana Cambria

NESSt, Mesa redonda 7

Nazareth Flores Cabao

COICA, Mesa redonda 7

Nelsith Sangama Sangama

AIDSESP, Mesa redonda 2

Ngrenhararati Xikrin

ABEX, Mesa redonda 1

Octavio Nogueira

WWF Brasil, Mesa redonda 5

Olivia Zerbini Benin

IPAM, Mesa redonda 9

Oziel Cidade dos Santos

ASCAMPA, Mesa redonda 7

Patricia Ellen

SYSTEMIQ, Mesa redonda 2

Patricia Fagundes Daros

VALE SA., Mesa redonda 8

Patricia Pinho

IPAM, Mesa redonda 5

Paula Cavalcanti Ceotto

FunBio, Mesa redonda 2

Paulo Dallari

Natura&Co, Mesa redonda 7

Paulo Reis

MANIOCA, Mesa redonda 6

Pedro Gasparinetti

CSF, Mesa redonda 3

Pedro Leitão

Trama Brasil Projetos,
Mesa redonda 4

Pedro Limeira

Ecosynergy, Mesa
redonda 5, Facilitador

Rachel Biderman

Conservation International,
Mesa redonda 9

Rafael da Soller

Assessor, Secretaria de Clima,
Energia e Meio Ambiente,
Mesa redonda 7

Rafael Feltran-Barbieri

WRI Brasil, Mesa redonda 3

Raphael Mario Bastos de Medeiros

Centro de Empreendedorismo
da Amazônia, Mesa redonda 2

Raquel Rodrigues da Poça

IPAM, Mesa redonda 1

Raul Ventura

UFPA, Mesa redonda 6

Regis Germán Richter Alencar

Gobernador de Pando,
Bolivia, Mesa redonda 7

Remessa Lang

Conservation International,
Mesa redonda 9

Renata Pinheiro

Conservation International,
Mesa redonda 1

Renata Truzzi

NESSt, Mesa redonda 2

René Gómez-García Palao

CAF, Mesa redonda 3

Ricardo Diaz Hart

NESSt, Mesa redonda 1

Ricardo Tapia

Director Producción Morona
Santiago Ecuador, Mesa redonda 9

Roberto Espinoza Llanos

Consultant of Bank Information
Center, Mesa redonda 4

Roberto WaackArapyau,

Mesa redonda 4

Rodrigo de Oliveira Perpétuo

ICLEI, Mesa redonda 6

Rodrigo Friere

TNC, Mesa redonda 5

Rogier Vandenberg

WRI, Mesa redonda 6

Rómulo Lopes Torres COICA

Mesa redonda 4

Ronaldo Weigand Jr.

World Bank, Mesa redonda 5

Rubens Ribeiro de Barros Filho

CAUCUS Foundation,
Mesa redonda 7

Ruth Nogueirón

WRI, Mesa redonda 8

Sabrina Ni

NESSt, Mesa redonda 2

Samya Cristina Brazão Pereira

ABEX, Mesa redonda 1

Sergio Marcondes

Ecosynergy, Mesa
redonda 2, Facilitador

Shereeda Yusuf

Conservation International,
Mesa redonda 8

Shuba Soamandaugh

Guyana Forestry Commission,
Mesa redonda 8

Sofia Murgueyitio

COICA, Mesa redonda 4

Soledad

WRI Colombia, Mesa redonda 6

Svetlana V. Klimenko

World Bank, Mesa redonda 3

Tanya Yudelman

World Bank, Mesa redonda 3

Tatiana Alves

IADB, Mesa redonda 3

Tatiana Credidio Assali

NINT, Mesa redonda 3

Tatiana Schor

IADB, Mesa redonda 6

Thais Penna

GIZ Brasil, Mesa redonda 7

Tiyua Uyunkar Gad

Provincial Morona Santiago,
Mesa redonda 6

Tomás Candia

CIDOB, Mesa redonda 2

Toni Lindau

WRI Brasil, Mesa redonda 6

Traci Romine

C.S. Mott Foundation,
Mesa redonda 2

Conferencia
Panamazónica por
la **Bioeconomía**

Conferência
Pan-Amazônica
pela **Bioeconomia**

Panamazonia
Bioeconomy
Conference



Valeria Blos
WRI Brasil, Mesa redonda 9

Valmir Gabriel Ortega
Conexus, Mesa redonda 2

Vanessa Bastos
Manager of Environmental,
Territorial Management and Climate
Justice (Brasil), Mesa redonda 7

Vanessa Benn
LCDS Secretariat, Mesa redonda 9

Vanessa Pérez-Cirera
WRI, Mesa redonda 9

Vanessa Gefferie
Suriname Ministry, Mesa redonda 7

Veridiana Nakad
AGNI, Mesa redonda 5

Veronica Tejerina
IADB, Mesa redonda 1

Victor Augusto Salviati
FAS, Mesa redonda 1

Victor Ferraz
Arapyau, Mesa redonda 4

Vitor dos Santos Amancio
IPAM, Mesa redonda 3

Vitória Malcher Nogueira Lima
IPAM, Mesa redonda 6

Vivian Calderoni
Instituto Igarapé, Mesa redonda 8

Wendy Arenas Wightman
Alisos, Mesa redonda 5

Werner Kornel
World Bank, Mesa redonda 3

Wilfredo Tsamash
COICA, Mesa redonda 3

Zack Romo
COICA, Mesa redonda 3